



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2022

Data: 21.08.2022

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 2 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **40%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **22.08.2022, a partir das 18:00h**, através do site www.mpf.mp.br/pb, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA OBJETIVA

1: Assinale a alternativa incorreta

- a) A seguridade social é formada pelos direitos a saúde, previdência e assistência social;
- b) A saúde é um direito de acesso universal e igualitário;
- c) O acesso aos benefícios de previdência social independem de contribuição;
- d) A assistência social se destina às pessoas que dela necessitam.

2: Assinale a alternativa correta: A constituição rígida se caracteriza como:

- a) Uma constituição que não pode sofrer alterações;
- b) Uma constituição que só pode ser alterada após um tempo estabelecido pelo poder constituinte;
- c) Uma constituição que só pode ser alterada pelo poder constituinte originário;
- d) Uma constituição que só pode ser alterada mediante a aprovação pelo constituinte derivado com um quorum qualificado, superior ao exigido para aprovação das demais leis.

3: Assinale a alternativa correta:

- a) O controle de constitucionalidade concentrado é feito pelo STF, através de ações diretas, e está sujeito a revisão pelo Senado Federal;
- b) O controle de constitucionalidade difuso é feito exclusivamente pelo STF;
- c) Os juízes de primeira instância, e os membros dos tribunais, inclusive do STJ, não podem reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei, salvo se o STF já reconheceu tal inconstitucionalidade;
- d) No controle de constitucionalidade difuso feito pelo STF, após a lei ser declarada inconstitucional por decisão definitiva, o Senado Federal pode suspender sua execução no todo ou em parte.

4: assinale a alternativa correta: De acordo com a constituição:

- a) O presidente da república escolhe os ministros do STJ a partir de lista tríplice aprovada pelos ministros do próprio STJ;
- b) O Procurador-Geral da República é escolhido pelo Presidente da República a partir de lista tríplice aprovada pelos procuradores da República;
- c) Os ministros do STF são escolhidos pelo presidente da República, a partir de lista tríplice aprovada pelos próprios Ministros do STF;
- d) Os ministros do STF são escolhidos pelo presidente da República, a partir de lista tríplice aprovada pelos membros da Câmara dos Deputados.

5: Assinale a alternativa correta:

- I - Os direitos fundamentais de 1º geração são relacionados a liberdade, e se caracterizam pela ausência de intervenção do estado na esfera individual;
- II - os direitos fundamentais de 2º geração são relacionados a igualdade, e por isso exigem a chamada prestação positiva do estado, sendo exigido o aporte de recursos públicos na sua implementação;
- III - os direitos fundamentais são exigíveis apenas ao poder público, não se aplicando as relações privadas.

- a) Todas as afirmativas acima estão corretas;
- b) todas as alternativas acima estão incorretas;
- c) apenas a afirmativa I e III estão corretas;
- d) Apenas a alternativa III está incorreta.

6) Médico perito do INSS, durante atendimento de perícia médica, sem qualquer relação com o procedimento médico que deveria adotar no caso, toca as partes íntimas de mulher por ele atendida de forma libidinosa e para satisfazer sua lascívia. Sob o prisma da Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/21), a conduta desse servidor público:

- a) não constitui ato de improbidade administrativa.
- b) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

- c) constitui ato de improbidade administrativa, sujeitando o infrator à perda do cargo.
- d) constitui ato de improbidade administrativa, sujeitando o infrator às sanções proporcionais e adequadas à lesão produzida.

7) Assinale a alternativa correta:

- a) do princípio da motivação se extrai que todos os atos administrativos devem ser escritos.
- b) é inválido o ato administrativo não publicado.
- c) o direito à informação é considerado corolário da garantia do contraditório.
- d) para anular seus próprios atos a administração pública deve se socorrer do Poder Judiciário em respeito aos princípios da inafastabilidade do controle jurisdicional, do devido processo legal e do contraditório.

8) Rods, pretendendo se aposentar, dá entrada no respectivo requerimento administrativo perante o Agência do INSS em Patos/PB. No entanto, passados 5 meses sem que houvesse qualquer movimentação no seu procedimento, Rods só então procurou a agência previdenciária e foi informado que a demora no processamento de seu pedido se devia à escassez de servidores e à implantação de sistema automatizado de análise de pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais. À luz dos princípios administrativos e considerando apenas as informações acima, assinale a alternativa correta:

- a) não pode ser atribuído ao INSS qualquer falha ou demora na prestação do serviço público, sendo razoável e justificável a demora existente.
- b) há expressa violação aos princípios da eficiência e da razoável duração do processo administrativo.
- c) não há qualquer irregularidade na situação fática apresentada, ante a incidência do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) há violação ao princípio da eficiência e da razoável duração do processo administrativo, mitigado, no entanto, com a culpa concorrente de Rodolfo em permanecer inerte por 5 meses.

9) Dona Peixoto, Prefeita de Acopiara/CE, nomeia sua irmã dentista para o cargo de Secretária de Saúde do Município. Sua conduta:

- a) configura improbidade administrativa, pois expressamente é vedada a nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau para exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, cargo em comissão ou de confiança ou,

ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente da demonstração de que pretendia obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

b) não configura improbidade administrativa, pois segundo precedentes, não haveria nepotismo na nomeação de parente para exercício de cargo político.

c) configura improbidade administrativa, pois expressamente é vedada a nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau para exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dependendo, é claro, da demonstração de que pretendia obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

d) não configura nepotismo e, portanto, não seria improbidade administrativa, pois a nomeação de parente com formação técnica para o cargo de natureza política semelhante (nomeação de dentista para o cargo de secretário de saúde) atenderia, inclusive, o princípio da eficiência.

10) Assinale a alternativa correta:

a) são atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade e veracidade dos atos, a imperatividade, coercibilidade e autoexecutoriedade.

b) a anulação de um ato administrativo opera efeitos ex nunc, ou seja, retroage à data de origem do ato, podendo ser feita pela própria Administração, no exercício do seu poder de autotutela, ou pelo Poder Judiciário.

c) independentemente de lei, o silêncio administrativo sempre gerará efeitos.

d) a nomeação de candidatos aprovados em concurso público feita por autoridade incompetente é nula, não podendo ser convalidada por meio da ratificação pela autoridade competente.

11) Bru, Rô, Rê e Má vêm encontrando dificuldades para conseguir uma quadra em que possam treinar e jogar beach tennis. Em um certo dia, munidas de facões, enxadas e copos Stanley, resolveram retirar uma parte da vegetação de restinga existente na praia do Bessa, em João Pessoa/PB, para colocar no lugar a tão desejada quadra de beach tennis. Do ponto de vista ambiental:

- a) a conduta das 4 amigas não tem relevância alguma, pois além de ser ínfima a lesão ao meio ambiente (construção de uma quadra de beach tennis), o direito delas ao lazer e o dever do Poder Público em promovê-lo afastam qualquer possibilidade de responsabilização civil, administrativa ou criminal.
- b) caberia apenas ao Poder Público a defesa do ecossistema degradado.
- c) a conduta das beach tenistas não agrediu a Floresta Amazônica, o Cerrado, a Mata Atlântica ou o Pantanal Mato-Grossense e nenhum espaço ambientalmente protegido.
- d) as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

12) Assinale a alternativa incorreta:

- a) cabe à União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- b) a Constituição da República de 1988 estabeleceu a competência administrativa exclusiva em matéria ambiental de acordo com a dimensão do espaço ambiental a ser protegido. Assim, enquanto a União ficaria encarregada da proteção de florestas, caberia aos Estados a defesa das matas e aos Municípios a preservação dos parques.
- c) é competência comum de todos os entes federados preservar as florestas, a fauna e a flora.
- d) não há que se falar em competência exclusiva de um ente da federação para promover medidas protetivas ao meio ambiente. Pelo contrário, impõe-se amplo aparato de fiscalização a ser exercido pelos quatro entes federados, independentemente do local onde a ameaça ou o dano estejam ocorrendo.

13) Joseph Gohurts é um mega empresário do ramo do entretenimento e construiu casa de show sobre área de preservação permanente e da União localizada na praia de Jacaré, Cabedelo/PB. Dez anos se passaram sem que o Poder Público federal, estadual ou municipal adotassem, no âmbito de suas respectivas atribuições, qualquer medida em face da ocupação irregular. Durante todo esse tempo, o empreendimento de Joseph gerou empregos e movimentou a economia local. Diante de tais informações, assinale a alternativa correta:

- a) a pretensão reparatória ambiental prescreve em 05 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato causador do dano ambiental.
- b) a pretensão reparatória ambiental é imprescritível.

- c) a ocupação permanente e socialmente tolerada, como no caso, permite a aplicação da teoria do fato consumado.
- d) eventual responsabilidade civil pelos danos ambientais alcança apenas Joseph Gohurts, pois o Poder Público só pode ser responsabilizado por alguma ação degradadora e nunca por uma omissão.

14. ACERCA DOS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ NO PROCESSO, DE ACORDO COM O CPC, É **INCORRETO** AFIRMAR:

- a) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- b) Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.
- c) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.
- d) Acórdãos são pronunciamentos judiciais que homologam a transação entre as partes após a audiência de conciliação.

15. SOBRE A MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL, ASSINALE A ALTERNATIVA **INCORRETA**:

- a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais homogêneos, ainda que, neste último caso, sejam de natureza disponível.
- b) A participação da Fazenda Pública no processo não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- c) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
- d) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica, entre outros casos, nos processos que envolvam interesse de incapaz.

16. EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA, NOS TERMOS DO CPC, É **CORRETO** AFIRMAR:

- a) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

- b) A Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- c) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- d) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

17. ACERCA DOS ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, NA REDAÇÃO QUE LHE FOI ATRIBUÍDA PELA LEI Nº 14.230/21, ASSINALE A ALTERNATIVA **INCORRETA**:

- a) Aplicam-se os efeitos materiais da revelia.
- b) Das decisões interlocutórias, caberá agravo de instrumento.
- c) A ação para a responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.
- d) A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.

18. SOBRE AS TUTELAS PROVISÓRIAS, ASSINALE A ALTERNATIVA **INCORRETA**:

- a) A tutela provisória é gênero do qual são espécies a tutela de urgência e a tutela de evidência.
- b) A tutela da evidência prescinde da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- c) A tutela antecipada somente pode ser concedida em caráter incidental.
- d) A tutela de urgência pode se revestir da natureza de tutela antecipada ou de tutela cautelar.

19. De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940), marque a alternativa incorreta:

- a) para fins penais, considera-se funcionário público aquele que, ainda que de forma transitória, exerce cargo emprego ou função pública.
- b) para fins penais, equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
- c) para fins penais, equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- d) para fins penais, equipara-se a funcionário público quem trabalha, ainda que de forma transitória, para instituição financeira privada.

20. De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940), marque a alternativa que não constitui causa de extinção de punibilidade:

- a) morte do agente.
- b) indulto.
- c) inimizabilidade penal.
- d) prescrição.

21. Marque a alternativa que contém apenas espécies de penas previstas no Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848 de 1940):

- a) pena privativa de liberdade; pena restritiva de direito; e pena de multa.
- b) pena de morte; pena de caráter perpétuo; e pena de banimento.
- c) pena privativa de liberdade; pena restritiva de direito; e pena de banimento.
- d) pena restritiva de direito, pena de banimento e pena de multa.

22. A atual redação da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613 de 1998) prevê que:

- a) apenas o crime de tráfico de drogas pode ser considerado delito antecedente de lavagem de dinheiro.
- b) apenas um rol fechado de crimes pode ser delito antecedente do crime de lavagem de dinheiro.
- c) qualquer infração penal pode ser delito antecedente do crime de lavagem de dinheiro.
- d) qualquer crime, contravenção ou infração administrativa pode configurar delito antecedente de lavagem de dinheiro.

23. Marque a alternativa que não configura crime contra o sistema financeiro nacional previsto na Lei nº 7.492 de 1986:

- a) Imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor mobiliário.
- b) Divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira.
- c) Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda.
- d) Gerir fraudulentamente instituição financeira.

24. De acordo com a Lei nº 8.137 de 1990, marque a alternativa incorreta:

- a) Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante omissão de informação, ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias.
- b) Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante fraude à fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- c) Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante falsificação ou alteração de nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- d) Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a ausência de recolhimento do valor do tributo, no prazo legal, após o lançamento de ofício.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) apenas nos crimes patrimoniais praticados em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública;
- b) A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas;
- c) De acordo com o CPP, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5(cinco) dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 10(dez) dias, se o réu estiver solto ou afiançado;
- d) No caso de morte do acusado, o juiz somente à vista da certidão de óbito, independente de manifestação do Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.

26. Não é requisito ou condição para o Acordo de Não Persecução Penal:

- a) prática de infração penal com pena máxima inferior a 04(quatro) anos;
- b) confissão da prática de infração penal pelo investigado;
- c) prática de infração penal sem violência ou grave ameaça;
- d) reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.

27. Acerca da prisão, indique a alternativa correta:

- a) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado;
- b) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de contrabando ou descaminho é o do lugar da prisão e não onde foram apreendidos os objetos introduzidos ilegalmente no País;
- c) a audiência de custódia apenas é exigida nos crimes praticados com violência e/ou grave ameaça;
- d) a garantia da ordem econômica não é requisito para a decretação da prisão preventiva.

28. Não configura medida cautelar diversa da prisão:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- b) proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;
- c) monitoração telefônica;
- d) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.

29. Acerca dos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público tem prazo em dobro para interpor recurso;
- b) O prazo do recurso em sentido estrito é de 10(dez) dias;
- c) Da decisão que rejeita a denúncia cabe apelação;
- d) A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

30. Acerca da competência do Juizado Especial Criminal e da suspensão condicional do processo (Lei 9.099/95), marque a alternativa correta:

- a) A Lei 9.099/95 não se aplica às demandas dos Juizados Especiais Criminais da Justiça Federal;
- b) Incide a prescrição durante o prazo de suspensão do processo(sursis processual);
- c) É possível o oferecimento de proposta de suspensão do processo, nos termos da Lei 9.099/95, para crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou superior a dois anos;
- d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei que instituiu o Juizado Especial Criminal, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

PROVA SUBJETIVA

QUESTÃO 1 - PRÁTICA (3,2 pontos)

Em 10 de maio de 2022, TÍCIO, foragido da Justiça Estadual do Ceará e com mandado de prisão em aberto em seu desfavor em razão de condenação transitada em julgado em 2021 pelo crime de roubo, conduzia o seu carro entre João Pessoa e Campina Grande, ocasião em que foi abordado por policiais rodoviários federais no Posto da PRF de Santa Terezinha, em Campina Grande. Visando evitar ter a sua identidade descoberta e ser preso, TÍCIO apresentou uma carteira de motorista (CNH) materialmente falsa, em nome de MÉVIO mas com a sua fotografia. A falsidade foi identificada pelos policiais a partir da constatação que a numeração do documento não existia no sistema de dados dos órgãos de trânsito e que o lote daquele espelho (papel usado para inserir as informações pessoais) foi furtado de um posto do DETRAN alguns meses antes. Em buscas no veículo, os policiais conseguiram localizar documentos pessoais de TÍCIO e, tomando ciência do mandado de prisão, prenderam-no. Interrogado em sede policial, TÍCIO confessou que a CNH era falsa e que a adquiriu de terceiros por R\$ 5.000,00. O Inquérito Policial foi concluído e enviado ao MPF.

Diante desses dados, o candidato, na condição de estagiário do MPF/PB, deverá elaborar um resumo do caso para o(a) Procurador(a) da República, analisando necessariamente os seguintes aspectos:

- a) Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s)? (0,6 pontos)
- b) Qual a peça/manifestação cabível no caso? Qual o prazo legal? (0,5 pontos)
- c) A reincidência impede, no caso concreto, algum tipo de acordo a ser proposto a TÍCIO? Se sim, qual? (0,5 pontos)
- d) Qual é a competência absoluta em razão da matéria para julgamento do(s) crime(s)? (0,5 pontos)
- e) Qual é a competência territorial para julgamento do(s) crime(s)? (0,5 pontos)
- f) Pode-se considerar que o fato praticado está abrangido pelo direito de defesa de TÍCIO, já que ele poderia ser preso e ninguém é obrigado a colaborar com o Estado (nemo tenetur se detegere)? Qual o entendimento do STF e do STJ sobre esse tema? (0,6 pontos)

QUESTÃO 2 (1,0 ponto) - O princípio da legalidade define a um só tempo uma garantia individual frente ao poder estatal e o âmbito do proibido penal. Ele submete o direito penal incriminador à exigência de uma intervenção (necessariamente) legalizada e constitui-se em base de todo e qualquer sistema punitivo democrático, justo e racional, sendo, nessa medida, pressuposto de um Estado de Direito. O direito brasileiro prevê o princípio da legalidade penal no art. 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal de 88 e no art. 1º do Código Penal. A partir disso, discorra abaixo sobre as quatro funções principais (também conhecidas como subprincípios) do princípio da legalidade penal.

QUESTÃO 3 (1,0 ponto) - Leia o trecho abaixo de reportagem da BBC:

“Darwin tinha 22 anos quando recebeu uma carta que mudaria sua vida: era um convite para uma viagem à América do Sul

Em sua travessia pelo norte fluminense, Darwin deparou-se também com os horrores da escravidão. Dois episódios lhe marcaram profundamente. Um deles aconteceu na Fazenda Itaocaia, em Maricá, a 60 km do Rio, no dia 8 de abril, quando um grupo de caçadores saiu no encalço de alguns escravos. A certa altura, os foragidos se viram encurralados em um precipício.

Uma escrava, de certa idade, preferiu atirar-se no abismo a ser capturada pelo capitão do mato. ‘Praticado por uma matrona romana, esse ato seria interpretado como amor à liberdade’, relatou Darwin. ‘Mas, vindo de uma negra pobre, disseram que tudo não passou de um gesto bruto’.

O outro episódio ocorreu na Fazenda Sossego, em Conceição de Macabu, no dia 18. Um capataz ameaçou separar 30 famílias de escravos e, em seguida, vendê-los separadamente como forma de punição. Darwin ficou tão indignado com a cena que a descreveu como ‘infame’.

Os avós de Darwin participaram ativamente dos movimentos abolicionistas do século 17. Desembarcar em um país onde ainda vigorava o comércio de escravos foi um choque para ele. Darwin chegou a se desentender com o capitão do Beagle sobre o assunto e, por muito pouco, não voltou mais cedo para a Inglaterra’, explica a bióloga Maria Isabel Landim, doutora em Biologia pela USP e organizadora de Charles Darwin - Em um Futuro Não Tão Distante (2009).

Não bastassem os maus-tratos aos escravos, Darwin também se scandalizou com a corrupção. No dia 3 de julho, chegou a rotular os brasileiros de 'ignorantes', 'covardes' e 'indolentes'. ‘

Até onde posso julgar, possuem apenas uma fração daquelas qualidades que dão dignidade ao homem’, queixou-se. ‘Não importa o tamanho das acusações que possam existir contra um homem de posses, é seguro que, em pouco tempo, ele estará livre. Todos aqui podem ser subornados.’ (In , acessado em 22.07.2022)

A corrupção é um mal que aflige a sociedade desde sempre, um desvio de conduta inerente ao exercício do poder e à condição humana. Por diversos fatores a serem considerados, algumas sociedades sofrem mais, outras menos. Contudo, é evidente que o grau de corrupção se relaciona com as penas aplicadas e a probabilidade de ser punido. No Brasil, a corrupção sempre atingiu níveis inaceitáveis, se comparado a outras nações. Um importante passo em seu combate foi o surgimento da Lei 8.429/92, que criou um sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa, prevendo condutas e estabelecendo penas.

Recentemente, a Lei 8.429/92 foi profundamente alterada pela Lei nº 14.230/21.

- a) em sua opinião, as alterações aperfeiçoaram ou pioraram o sistema de combate à corrupção. Explique dando exemplos;
- b) qual o impacto da corrupção para o exercício do princípio da dignidade da pessoa humana?







